

CRIATIVIDADE E RACIONALIDADE: A BUSCA DE UMA CONSCIÊNCIA UNIFICADORA EM CELSO FURTADO¹

FERNANDO PEDRÃO²

Resumo

A crise do planejamento como ferramenta do desenvolvimento econômico dos países periféricos suscitou uma polêmica sobre racionalidade, onde se passou a distinguir entre a racionalidade instrumental das políticas e a de seus objetivos. Furtado trouxe uma contribuição importante a esse debate, relacionando a racionalidade a situações de poder.

Palavras chave: racionalidade, dependência, desenvolvimento

Abstract

The crisis of planning as an appropriate tool for development policies for peripheral countries brought to bear an argument over rationality, in which a distinction must be made between the instrumental rationality of policies and its goals. Furtado gave a meaningful contribution to this issue, relating rationality to power situations.

Keywords: rationality, dependence, development.

JEL: O11; B31; O18.

Um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre. Karl Mannheim

1. Preliminares

Proponho-me desenvolver aqui uma reflexão a partir de uma temática que, a meu ver, constitui um vetor essencial do trabalho de Celso Furtado, trabalhando com uma visão progressiva de sua obra até a

publicação de seu livro intitulado *Racionalidade e dependência* (1978), que representa uma ruptura com os fundamentos ideológicos de vários de seus trabalhos anteriores. É uma aproximação seletiva do material teórico, que descarta o material autobiográfico, apesar de referências pessoais nele contidas que me são caras. Ignora, também, o esforço do autor, tão pouco comum no Brasil, de manter coerência entre a estruturação conceitual de sua obra teórica e o fundamento filosófico de sua proposta de política. No entanto, creio ser este o único modo de garantir a inteligibilidade da reflexão.

Esse trabalho foi ao encontro de uma insatisfação com a teoria econômica, que se descobria como estranha a nossa realidade e a nossa capacidade de romper com os ditames do corpo teórico que não se libertava da teoria da utilidade marginal e só se dispunha a confrontar Keynes com as críticas monetaristas de Hansen e Hicks. A teoria econômica oficial não tinha mesmo interesse algum em desenvolvimento econômico e manifestava uma atenção condescendente a um crescimento econômico das ex-colônias, cuja independência de opinião não seria relevante. A teoria neoclássica é mesmo a linguagem teórica da hegemonia norte-americana, e, como disse Mario Henrique Simonsen, toda

vez que alguém fala em expectativas racionais sei que estou diante de um conservador (SIMONSEN). A economia paretiana da otimização volta, na forma de uma atualização de Hicks.

O mapeamento da temática do desenvolvimento tornou inevitável um questionamento da linha de tensão entre a racionalidade do mecanismo teórico e a das políticas compatíveis com essa teoria. *Racionalidade e dependência* é uma tentativa de preencher essa lacuna vindo do lado da economia para encontrar os fundamentos epistemológicos do problema. Uma racionalidade dependente é a que trabalha para resolver os problemas operacionais da dominação e de sua atualização e que se torna contraditória com a racionalidade da transformação, que é a do desenvolvimento. As possibilidades do desenvolvimento no contexto da economia burguesa ou transcendendo-a a outras formas institucionais seriam referências a enfrentar ou a evitar, segundo o que se entende como desenvolvimento. Ou é um movimento totalizante ou é um movimento parcial ao qual se incorporam adjetivos tais como social ou sustentável.

A luta teórica e prática pelo desenvolvimento mostrou o processo de subdesenvolvimento (FURTA-

¹ Versão revisada de palestra apresentada em seminário em homenagem a Celso Furtado, realizado por iniciativa do CNPq no Espaço Cultural José Américo em João Pessoa em 1992. Em sua forma inicial este trabalho contou com reações do próprio Furtado, que ressaltou o aspecto de responsabilidade histórica dos intelectuais.

² Docente livre e doutor pela UFBA, diretor geral do Instituto de Pesquisas Sociais, professor da Universidade Salvador.

“ O desafio representado pela CEPAL colocou-se sobre uma determinada apropriação da história latino-americana, praticamente uma história das elites, reconhecendo, mas não enfrentando, o relativo às histórias dos povos americanos... ”

DO, 1959), assim como revelou, progressivamente, a problemática decorrente da profundidade histórica dos países colonizadores e dos diversos que surgiram como nações colonizadas³. Afinal, que seriam esses países europeus colonizadores se não tivessem colonizado e explorado outras nações? As dificuldades que se encontraram para construir um diálogo entre os latino-americanos surgiram, justamente, de que se descobriam as diferenças entre os países jovens e os velhos, entre os que se sentiam pós-europeus e os que se reconheciam como índios, entre os que julgavam ter um destino manifesto de prevalecer no continente e os que construíam uma experiência nacional através de derrotas e os percebiam o significado do divisor de águas externo, chame-se Império Britânico ou Estados Unidos ou a influência ibérica remanescente.

O desafio representado pela CEPAL colocou-se sobre uma determinada apropriação da história latino-americana, praticamente uma história das elites, reconhecendo, mas não enfrentando, o relativo às histórias dos povos americanos. O pensamento sobre as condições históricas da formação da América Latina ficou coxo pela falta de análise social histórica, pela total carência de articulação entre história, filosofia e economia. A segmentação dos colégios universitários e a separação en-

tre universidade e Estado completaram essa brecha. Como dizia Prebisch nos anos 70, nos custou muito descobrir quanto não sabíamos.

Trata-se de utilizar a perspectiva histórica como mediadora na crítica da situação atual e não de simples interpretação de produtos ao momento de sua realização. As limitações da exegese, entre outros inconvenientes, incluem a inutilidade e o mofo. O trabalho de Celso Furtado tem um componente pedagógico e outro polêmico. Focalizamos na vitalidade do trabalho, no significado polêmico do discurso, no perfil das propostas e nas contradições que ela revela. A possibilidade de manter-se a coerência da visão crítica – que também significa a visão dos limites do conjunto – é a demonstração da relevância da polêmica. O inconveniente histórico dos intelectuais de terem que conviver com situações diferentes daquelas que guiaram sua formação é um dado da vida. Como disse Hegel, “ *A meta do espírito é a revelação da profundidade*”. Diremos que o trabalho do intelectual é revelar as contradições que são essenciais no processo histórico com que ele trata. A grande decepção histórica representada pela ascensão do autoritarismo foi sucedida de outra, inesperada, de retorno ao poder de estruturas políticas originárias da sociedade pré-industrial.

2. O confronto de crítica e reconstrução

O trabalho de Celso Furtado desenvolvido a partir do golpe de Estado de 64 primeiro manifesta a conclusão de um período de racionalidade no tratamento do interesse público, em que o Estado teve um

mandato legítimo; e depois expõe as contradições resultantes da falência daquela unidade racional. Confrontado com os processos de formação de identidade nacional que se realizavam desde a década de 40, o golpe militar teve o efeito catártico de colocar a classe média brasileira frente a suas ambigüidades e necessidade de tomar partido. O sentimento messiânico que cercou homens daquela época, como Rômulo Almeida, Ignácio Rangel e Celso Furtado, entretanto, mostrava outra faceta da tensão da época que era a insatisfação com os partidos políticos. Esse sentimento revelou ser uma premunção já que o esgotamento das soluções de Estado antecipava o que realmente aconteceu nos anos subsequentes, quando a resistência ao regime autoritário surgiu através de agremiações novas, muitas improvisadas. Surpreendeu como Furtado saiu dessa crise ideológica retomando o longo curso de pensar um projeto nacional (FURTADO, 1968). Era preciso recompor a capacidade de crítica para reabrir caminhos de identidade.

Acompanha o período em que o Brasil descobriu outros níveis de perplexidade e confronto, e foi obrigado a conviver com a ilegitimidade e com a produção de uma racionalidade que conjuga modernização com autoritarismo; e prossegue por outro período em que a relação entre o poder político e o econômico se faz com maior explicitação de contradições e dominação. E com isto, refletiu uma transição do pensamento social sobre o país. A modernização tecnológica não foi extinta nem superada, mas passou a definir as posições de classe sobre as políticas de desenvolvimento.

³ Nesse momento da reflexão sobre desenvolvimento surge, em toda sua complexidade, a categoria colonização, com suas implicações na escravização e nos usos de trabalho dominado. A teoria do desenvolvimento passou por alto a profundidade do tema da colonização e deixou-a restrita àquela colonização praticada entre o descobrimento e a independência, ignorando as formas de colonização empreendidas pelo imperialismo econômico no século XIX. No entanto, esse é um ponto fundamental da questão, já que, de outro modo, não haveria como explicar a passagem da dominação colonial para a da hegemonia industrial e militar. Furtado trabalhou a categoria colonização em *Formação Econômica do Brasil*, mas apenas na forma desenhada pelos portugueses no século XVI, mas nós precisamos de uma visão comparativa e procesual que inclua o relativo à colonização realizada pelo imperialismo no século XIX.

A interrupção da legitimidade política produziu abalos mais profundos na convivência entre a intelectualidade e as estruturas do poder, em parte porque transferiu para o poder central algumas margens de manobra do federalismo, mas, também porque pôs a classe média diante de uma responsabilidade política que ela esquivara até então. Emergiu uma questão de legitimidade, que transcende as formas de chegada ao poder, com a qual foi preciso tratar desde 64. Como pensador formado numa vertente que de há muito já colocara a discussão da consistência do Estado brasileiro numa retrospectiva anterior à experiência do tempo de independência política, Furtado procurou outras matrizes de reconstrução de uma razão civilizatória, primeiro através da revisão crítica da economia e depois através de uma visão interdisciplinar do pensamento político em economia. Como parte da formação política do poder republicano, o Brasil protagonizava uma relação crítica entre o sistema baseado no poder fundiário e o formado pela indústria e pelos bancos. A crise da modernização, que se manifestou na polêmica entre uma versão industrialista nacionalista e outra adepta da prosperidade mediante exportações primárias, correspondia ao modelo de participação do Estado na produção e em setores estratégicos, como a metalmecânica de ponta e a energia nuclear.

Os aspectos de racionalidade e civilização estão apropriados mediante uma visão positiva do Estado, e a relação entre o governo e a sociedade civil desenvolve-se com o governo colocado na posição de representante de uma responsabilidade social genérica, supostamente assumida por aqueles segmentos da sociedade capazes de perceber os problemas ideológicos do sistema de produção em seu conjunto. Mas, quem poderia desempenhar essa função? ‘Sem dúvida, há um projeto de poder centralista nesse pressuposto, que se revela quando se aponta a importância da classe média na formação da capacidade operacional

“ *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* é um livro que aponta o fim de uma proposta de transformação dos países latino-americanos num balanço negativo de um conjunto de iniciativas tais como a ALALC e a Aliança para o Progresso... ”

do Estado. A classe média – apesar de ser tão fluida e heterogênea – desempenharia o duplo papel de dar significado social ao Estado, e de resolver seu problema operacional. Entretanto, com isso, logicamente, somos deixados com um problema que não pode ser resolvido pelos desejos da classe média, por mais que ela nos seja simpática, ou que apareça como tudo aquilo que não é a oligarquia, ou como berço de uma anti-elite. Furtado, nesse sentido, passou de uma avaliação das restrições do desenvolvimento – no que foi a ordem econômica mundial da década de 60 – para tratar daqueles traços estruturais da América Latina que situam aqui as alternativas de desenvolvimento ou estagnação. Mas essas duas possibilidades não aparecem mais como duas alternativas, são como uma polaridade a que esta região já estava submetida.

A questão é que o quadro macroeconômico de desenvolvimento ou de estagnação, quando colocado em termos de relações econômicas globais, sem questionar os sistemas de interesse do capital, sem penetrar

nas contradições internas de poder criadas pelo tecido de alianças de poder internas e externas, é um quadro indeterminado, que, como veremos adiante, deixa a análise social indefesa para tratar com os fenômenos de captura do poder econômico por políticos carismáticos, ou com a ajuda de qualquer das formas de autoritarismo que afligem esta parte do mundo. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* é um livro que aponta o fim de uma proposta de transformação dos países latino-americanos num balanço negativo de um conjunto de iniciativas tais como a ALALC e a Aliança para o Progresso.

A avaliação na época foi particularmente dura, porque correspondia ao começo de nova fase de ditaduras, já então as ditaduras planejadas, conduzidas por estamentos organizados, sustentadas por determinadas composições de poder em que se reuniam os interesses práticos de uma aliança das oligarquias com setores oligopolizados e com apoio externo. Significava o fim de uma determinada capacidade da América Latina para fazer-se representar internacionalmente, mostrando os conflitos de interesses em cada país, entre os grupos que controlam a relação com o exterior e os grupos que constituem o poder político. Desaparecia a capacidade de órgãos internacionais da região, tais como a CEPAL, para refletir suas questões fundamentais. Em contraste, surgiam burocracias responsáveis de políticas econômicas nacionais, que passavam a exprimir os pontos de vista norte-americanos. O aparelho de análise desenvolvido pela CEPAL na década de 50⁴ pôde mostrar as contradições do crescimento das economias nacionais num quadro internacional fechado pela concentração do financiamento. Na década de 60, o ILPES – prolongamento da CEPAL onde se instalou Prebisch – publica-

⁴ Trata-se da coleção de trabalhos denominados de Análises e Projeções do Desenvolvimento Econômico em que se tentou equacionar a problemática do desenvolvimento numa perspectiva macro-econômica. Essa coleção de estudos, feita por solicitação dos governos, foi a primeira tentativa de criar bases objetivas de comparabilidade entre as economias dos países latino-americanos.

“ ... o crescimento tornou-se mais perverso para a equidade da distribuição da renda na sociedade em seu conjunto.. ”

va um trabalho sobre a “brecha comercial dos países em desenvolvimento” e o próprio Prebisch transferia sua luta para o âmbito da UNCTAD. Mas, toda essa estratégia de trabalho não poderia revelar o lado interno do bloqueio do desenvolvimento, causado pela crescente identificação dos mecanismos de crescimento com aquela concentração de renda que fundamentava um novo padrão de acumulação, liderado pelos oligopólios.

É preciso lembrar que as propostas de teoria do desenvolvimento pressupuseram sempre que as sociedades nacionais teriam novos mecanismos de solidariedade, cujos efeitos seriam a ampliação da participação de segmentos mais amplos da sociedade na produção e na renda e a capacidade de processar socialmente o progresso tecnológico. No entanto, os deslocamentos das relações entre os países capitalistas levaram a modificações no financiamento da economia mundial, que logo desgastaram a posição dos governos nacionais. E a passagem da liderança do financiamento para o controle direto dos interesses privados resultou em que o financiamento da economia fosse desligado dos controles sociais que operam nos governos. O controle ideológico do processo passou, então, a legitimar os interesses do oligopólio que, supostamente, são os únicos capazes de gerar crescimento. A aí temos outra confusão entre gerar taxas de crescimento do produto, ampliar a capacidade direta de produção, construir infra-estrutura, ou simplesmente aumentar a produção bruta, mesmo a custos crescentes.

A tese que se extrai daí é que o crescimento tornou-se mais perverso

so para a equidade da distribuição da renda na sociedade em seu conjunto, por razões externas aos movimentos da tecnologia – como quer a análise ortodoxa – senão por razões próprias do controle político das decisões econômicas. Mesmo quando a realização dos investimentos leva incorporado um número maior de empregos dos grupos de rendas médias e superiores. Assim, é preciso acompanhar os movimentos das relações sociais de produção, no que elas obrigaram os países periféricos a praticarem políticas econômicas condicionada pelos interesses da acumulação privada direta, que puseram os governos como responsáveis de satisfazer requisitos de equilíbrio contraditórios com a oligopolização. Tudo isso considerando que os governos fossem imunes ao poder corruptor criado pela centralização do capital, que parte do nexo externo do grande capital e permeia os sistemas nacionais, e pelo movimento de valorização do poder político como meio de formação de capital.

No final da década de 60 as categorias e os objetivos implícitos da teoria da dependência já contrastavam com os da teoria do desenvolvimento. Seu eixo era sociológico e não econômico na acepção comum; e transmitia uma visão pessimista, porque negava aqueles pressupostos de possibilidade de solidariedade, que alimentaram o discurso da Aliança para o Progresso, da OEA e do Banco Inter-americano de Desenvolvimento. Focalizava-se na pressão norte-americana. Experiências como as do Brasil, da República Dominicana, da Bolívia, da Guatemala, eram retomadas como exemplos da realidade internacional desigual. Às vésperas do primeiro choque do petró-

leo, falava-se da categoria integração como de uma alternativa e de um objetivo a ser alcançado mediante decisões nacionais dos países periféricos, conduzidas por seus governos. Os chamados dependentistas alertavam para contradições de interesse, mas ninguém incluía na análise social o deterioramento dos governos,⁵ ou o distanciamento entre governos cada vez mais controlados pelos interesses do capital oligopolizado e da integração baseada em distribuição mais desigual. A modernização das oligarquias rurais tampouco foi analisada em profundidade, apesar de diversos alerta que apareceram, através do registro de empréstimos internacionais para reforma agrária, conduzida por latifundiários ou por seus representantes, e dos financiamentos para tratorização da produção.

Logo tornou-se explícita uma crise de representação política, que facilitou o controle interno da distribuição da renda, com a mobilização ideológica dos estamentos tradicionalmente integrados com a oligarquia. A Argentina é o exemplo mais trágico desse processo, logo seguida do Chile e do Uruguai. Surgia uma nova ideologia do controle social, baseada na articulação de um novo nacionalismo tradicionalista, alimentado pela doutrina de segurança e pela influência do Colégio de Guerra dos Estados Unidos, retransmitida através do Panamá⁶. Integração, talvez, mas torna-se cada vez mais difícil aos periféricos negociarem entre eles sem a presença dos países centrais e de seus banqueiros. Por isso, é muito elucidativo acompanhar o tratamento dado por Furtado à questão da integração no período de 1966 a 1978. E aqui o paralelo com Prebisch é inevitável! Des-

⁵ O único caso claramente reconhecido era o da Colômbia, onde as lutas políticas que transcorreram desde o fim da década de 40 mostravam as limitações do poder do Estado. Instalou-se um bloqueio político da economia, cujas conseqüências prosseguem até hoje.

⁶ A Argentina foi um caso à parte, porque essa doutrina de controle social da modernização esteve identificada com a simpatia do regime de Perón pela Alemanha nazista e com uma renovação do bloco de poder que permite traçar uma linha de continuidade desde o golpe de Estado de Uriburu em 1931 até o golpe liderado por Gonzalez Videla em 1976.

tacam-se, a reapropriação do conceito de integração, o desligamento com os compromissos do poder direto, a busca de uma articulação da contestação a nível mundial. De *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* até a versão final de *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, Furtado registrou a perversidade do padrão mundial de acumulação, organizando sua análise num desdobramento da questão em termos de uma tendência à estagnação. É um vestígio ricardiano que vem através de Alvin Hansen⁷ - e uma tendência ao desequilíbrio externo, que, a seguir, contrasta com uma avaliação da integração enquanto alternativa de sustentação do crescimento do produto antes que da taxa de lucro. Na mesma época, Prebisch revelava um outro discurso com fundamentos ricardianos, relativo à redundância do trabalho e mais próximo da análise marxista, que alimentava aspectos mais contestatários da política econômica, procurando novos fundamentos para o ideário bolivariano da integração latino-americana.

Mas o traço de reconstrução que denota o sentido de responsabilidade histórica foi um contraponto que se desenvolveu ao longo de todo esse período. Já em 68 Furtado publicava *Um projeto para o Brasil* em que falava da constituição e da decadência da hegemonia dos Estados Unidos e examinava as possibilidades daqueles que intitulava de "conglomerados geográficos". O contraste entre o pessimismo da análise e a vocação soteriológica da política de desenvolvimento distanciariam cada vez mais a ideologia de transformação formada sob a pressão crescente dos grupos de classe média, da ideologia de gestão inspirada nos desejos do capital oligopolista, e em sua incorporação pela academia e pela burocracia econômica. A crescente mimetização da linguagem erodiu a independência de critério, tornando a economia ortodoxa uma disciplina de gestão dotada de instrumental econométrico. A economia ortodoxa de hoje renega o plano ideológico do debate e assume seu papel de assimilada ao pensamento orto-

“ O atual rejuvenescimento da proposta de um progresso a ser alcançado depois da estabilização é uma nova manifestação da ideologia restauradora que faz o jogo, consciente ou não, dos interesses do grande capital... ”

doxo norte-americano, com seus maneirismos e preconceitos (MESZAROS, 2007).

3. O Estado portador de racionalidade

O Estado aparece para a teoria do desenvolvimento como uma entidade em crise, que registra o descompasso entre a concentração de capital e a democracia; e entre o regime parlamentar e a influência do grande capital. Não é a mesma crise do Estado europeu, senão uma crise nas bases sociais da constituição do Estado, que volta a ficar ameaçado pelos processos de exclusão. A combinação de progresso com justiça social é uma proposta que não desperta oposição enquanto é colocada num plano genérico e não fere interesses organizados. O atual rejuvenescimento da proposta de um progresso a ser alcançado depois da estabilização é uma nova manifestação da ideologia restauradora que faz o

jogo, consciente ou não, dos interesses do grande capital. Cabe questionar se algum país periférico, com desigualdade interna crônica, população crescente e sem poder para tributar efetivamente o grande capital, pode controlar a inflação por períodos prolongados. À parte dos aspectos mais simples das propostas de privatização, que transferem rentabilidade da esfera pública para algumas empresas selecionadas, há uma contenda mais profunda acerca do papel do Estado, que não pode ignorar a questão de representação, o confronto entre diferentes interesses dos capitais, o nexos externo do capital, a questão da exclusão social. Trata-se de um confronto entre o Estado portador de racionalidade e de progresso e o Estado que confusamente se retira de seu envolvimento na economia como produtor, fortalece caladamente sua posição como comprador, e espera que o crescimento aconteça por obra do interesse privado direto. Podemos revisar o percurso seguido pela América Latina nestas últimas décadas para apreciar esse Estado.

Esse é um debate que passa pela questão da distribuição da renda, do acesso a consumo e a renda, quando o Estado se omite, autoriza ou favorece uma distribuição comandada pelo oligopólio. O debate sobre distribuição da renda tornou-se um componente essencial do pensar teórico do desenvolvimento na América Latina, onde as condições de acesso a consumo indicam avanços ou recuos em relação com o crescimento global da renda.

Adiante, leva a uma revalorização da dimensão de território⁸.

⁷ Alusão ao livro de Alvin Hansen *Teoria monetária y política fiscal*, México, FCE, 1954, que exerceu uma influencia considerável no ambiente da CEPAL em que conviveu Celso Furtado. Nesse livro Hansen trata de conciliar a teoria geral de Keynes com um artefato teórico esboçado por Hicks que coloca o equilíbrio do sistema produtivo na relação entre capital bancário e mercado financeiro.

⁸ Trata-se da territorialidade do poder, com suas projeções internacionais e internas em cada país, que se articula com a espacialidade do grande capital internacional. O território é uma manifestação do poder nacionalmente definido, enquanto o espaço pode ser uma representação do poder internacional que se territorializa em diversos países, mas que encerra a fluidez do capital. Contra a visão estruturalista do território coloca-se uma outra, derivada da historicidade do capital internacionalizado e do trabalho qualificado (PEDRÃO, 2009).

“ O Estado seria o portador de uma racionalidade que lhe seria dada por uma elite capaz de realizar uma síntese ideológica e conduzir uma ruptura do eixo de poder oligárquico-oligopólico? ”

Como disse Furtado em *O Brasil pós milagre*, a distribuição da renda mascarou uma desigualdade fundamental no acesso ao consumo. A análise do papel do Estado não pode, portanto, eximir-se de considerar os problemas de representação correspondentes à diferença entre o perfil do promotor de transformação e de guardião da estabilidade. Tanto ele tem que verificar a autenticidade do discurso oficial quanto tem que verificar que poder tem o Estado, quanto ele realmente difundiu racionalidade e quanto de fato se retira, como ainda tem que verificar o efeito real da ação do Estado, mesmo quando ela é inautêntica.

No entanto, a teoria do desenvolvimento trabalhou sempre com o suposto implícito de que o progresso afeta o próprio Estado, no plano político, em sua institucionalidade e em suas práticas. A racionalidade deve impregnar primeiro o governo, que se originou de bases oligárquicas, principalmente o governo federal; e através dele, deve estender-se aos demais níveis de governo, e, de seu conjunto, à sociedade em seu conjunto. Isso, logicamente, supondo que há relações simétricas entre os níveis de governo e que haja convergência entre as composições de forças políticas nos diferentes níveis de poder. Que há de científico nisso? Não será um pressuposto ideológico da centralização do poder? Como pode uma doutrina racionalista comprometer-se com uma atitude tão romântica? Nossa leitura é

que não há contradição alguma, porque a proposta de racionalidade total – além dos horizontes que correspondem ao comportamento dos agentes históricos concretos – é um romantismo. O Estado seria o portador de uma racionalidade que lhe seria dada por uma elite capaz de realizar uma síntese ideológica e conduzir uma ruptura do eixo de poder oligárquico-oligopólico? Qual seria o perfil de classe capaz de fazer esse trabalho? É interessante observar que entre 1960 e 1990 as classes médias brasileiras deixaram de exercer uma pressão crescente na estruturação social do país, que os achatamentos de salários e a sucessão de políticas de equilíbrio e depressoras ajudaram a conter as aspirações dos assalariados, e que aumentou o contingente dos subempregados e desempregados em pobreza crítica. O poder político dos grupos médios de renda foi erodido; e o Brasil passou por novos pactos de poder que permitiram novas versões de política carismática e populista. O retorno da democracia parlamentar revelou aspectos inesperados da realidade brasileira, tais como a semelhança entre as propostas de programa de governo da maioria dos partidos políticos. A política continuou a fazer-se mediante acordos pessoais entre grupos detentores de privilégios.

Como, portanto, avaliar o significado prático do Estado portador de racionalidade? Como considerar a consistência do Estado frente ao reordenamento de forças no bloco de poder? O Estado brasileiro reflete o desenvolvimento do conflito de classes desde 1930, assim como as novas estratégias do bloco de poder. Há uma grande incomodidade na relação com o Estado por parte dos trabalhadores e por parte do pequeno capital, uns porque percebem que estão fora dos movimentos de renovação do bloco de poder e outros porque perdem sua posição de representantes do trabalho nos momentos de eleições. Os pequenos capitalistas percebem que não são essenciais para a reprodução do capital e os assalariados têm que convi-

ver com um mercado de trabalho onde predomina o trabalho precário.

Em *Criatividade e dependência* Furtado avançou nesse novo quadro de problemas, colocando a criatividade como uma capacidade dos sistemas econômicos para reagirem às pressões da dominação valendo-se das capacidades de sua força de trabalho qualificada. A nosso ver é onde a tragédia se revela em sua maior expressão. Os mecanismos de exclusão de pessoas e de grupos atingem os sistemas nacionais em todos os níveis, desde a estrutura do sistema educativo à qualificação da burocracia e à das empresas. Se as decisões das empresas estão mais concentradas, necessitam-se menos quadros aptos para decidir. Se as decisões públicas são tomadas com critérios políticos imediatos podem ser mais centralizadas; e a burocracia torna-se auxiliar dos políticos em seu cotidiano, transmissora de sua racionalidade, contrária à reflexão das motivações do longo prazo. Se o sistema opera com prioridades do curto prazo, o sistema de educação é entregue a políticos imediatistas, torna-se objeto daquela racionalidade instrumental da acumulação. Assim, se reproduz a estrutura de dominação incorporada ao mercado. E este é outro ponto em que voltamos à argumentação de *Criatividade e dependência*, onde se trata do condicionamento do comportamento dos consumidores. O capital se organiza para controlar o consumo na continuidade de um movimento que começa com o controle do trabalho e o dos recursos naturais (PEDRÃO, 1995)

Mas, se apesar de tudo, as estruturas do Estado continuam detendo capacidade para decidir sobre grandes massas de recursos, e, com o poder de aplicação da lei, o Estado se torna sujeito e objeto de um sistema de pressões que se traduzem em novas associações de interesse e na articulação da corrupção como mecanismo regular de poder. No plano nacional, no Brasil surgiram novos aparelhos de poder econômico, na forma de fundos públicos de aposentadoria e pensões, cujo controle sig-

“ É preciso
ver o Estado como
representação
de um processo e não
reduzi-lo à configuração
administrativa do governo.
Governos estaduais
e municípios são vitrines
de tentativas de
racionalização de
estruturas técnicas e
administrativas... ”

nifica um considerável poder de investir e empregar.

A questão é que os movimentos mundiais de concentração de poder se traduzem de diferentes modos nos diferentes países, e que as possibilidades de trabalhar com políticas econômicas e sociais significativas em médio prazo dependem de melhor conhecimento dos agentes e das relações entre eles. Noutras palavras, aqui e não só na Europa, de modo concomitante e independente, precisamos desenvolver nossa própria leitura do agir comunicativo. Ler Habermas,⁹ mas refletir sobre nossa própria experiência.

Até aqui são comentários que resvalam para a crítica da reflexão teórica. Ao focalizar na *práxis* voltamos à realidade do Estado. É preciso ver o Estado como representação de um processo e não reduzi-lo à configuração administrativa do governo. Governos estaduais e municípios são vitrines de tentativas de racionalização de estruturas técnicas e administrativas, refletindo uma percepção formalista de custos que é projetada pelo governo federal. Subjaz uma visão centralista, em que os estados federados são meras emanações do poder central. Mas, como há uma conquista de poder por parte dos políticos, e como surgem objetivos próprios da burocracia como media-

dora de poder e portadora de uma visão de classe, revelam-se contradições entre o exercício do poder político e a gestão operacional do Estado.

Isso cria um clima de canibalismo de Estado, que circunscreve a racionalidade ao curto prazo e torna a política econômica um santuário da ortodoxia. Aqui está um dos pontos onde melhor vale considerar uma das principais linhas do trabalho de Celso Furtado, que é a visão histórica e o tratamento histórico dos prazos e das durações em economia. *Criatividade e dependência* explicita melhor que suas obras anteriores a circularidade entre a capacidade das sociedades para refletir teoricamente e sua capacidade de resolver problemas práticos. Essa idéia tão cara à dialética moderna é lida de diferentes modos pelo pensamento transformador e pelo conservador. O primeiro texto teórico da CEPAL intitulado *Problemas teóricos e práticos do planejamento*, isto é, daquela mobilização a ser realizada por motivos outros que a reprodução do capital das empresas. Mas, se não é a proposta política de um partido, será aquele difuso referencial ideológico da classe média que acionará o planejamento?

A proposta de valorizar a *práxis* na teoria como nível de reflexão é sempre um caminho oposto ao da alienação, que valoriza a educação como prática construtora de identidade e integradora. Pelo contrário, a proposta conservadora focaliza na formalização e na instrumentalidade, que não necessariamente significam incorporação de valor pelos trabalhadores. Nas análises que Furtado faz da acumulação, liga esse processo mais ao de formação de capacidade de produção que a sua ancoragem nas relações de classes. Nesse ponto segue a tendência geral da análise do desenvolvimento no Brasil, que separa economia e sociedade e mostra-se infensa a análises de classe. Mas salienta várias ve-

zes, de *Subsenvolvimento e estagnação* (1967) a *Criatividade e dependência* (1978) o papel daquelas ações que só se completam em períodos longos e que na realidade só se têm completado em períodos muito longos, mediante uma ação pertinaz do Estado. A referência de Furtado a Sagres e a D. Afonso e a visão prática da tecnologia dos portugueses é reveladora! Mas convém trabalhar com uma visão mais ampla desse mecanismo, ver que a capacidade de relacionar teoria e prática é sinal de uma maturidade no reconhecimento de interesses, que não deve ser esperada de quem ainda não tem nítida uma consciência de classe. A eficácia do Estado surge, justamente, quando ele é controlado por grupos que conseguem projetar uma unidade de propósitos que lhes permite usar coerentemente os instrumentos a seu alcance. O que separou portugueses e espanhóis de holandeses foi que os primeiros representavam impérios mercantis de fundo feudal enquanto os holandeses representavam uma liga de cidades mercantis manufatureiras com uma visão econômica do poder político.

Assim, não saímos da contradição entre a proposta da classe média e a do capital oligopolista; e não podemos esperar que o Estado seja um elemento neutro que pode ser usado por qualquer partido político e onde a classe média pode capturar frações de poder que lhe permitam deslocar o eixo de poder da oligarquia com o grande capital, inclusive com o poder de persuadir a oligarquia a entregar o poder. Esse seria o erro idealista do planejamento. Separada dos trabalhadores, ou alienada de sua raiz como trabalho, a classe média torna-se duplamente dependente. Dependente de emprego e renda e dependente ideologicamente da perspectiva de mobilidade vertical. Onde fica, portanto, a capacidade da classe média para visualizar a problemática da socie-

⁹ Alusão à *Teoria da ação comunicativa* de Jurgen Habermas, (Madrid, Taurus, 1987) Quando elaborou *Criatividade e dependência* Celso Furtado conhecia a obra de Karl Popper, mas seguramente não conhecia esse trabalho de Habermas, que foi publicado nesse mesmo ano.

“ O que sai da leitura do confronto da análise econômica organizada para planejar e a transformação do processo econômico num lapso de vinte anos é perturbador... ”

dade em seu conjunto? Mesmo que ela forme alianças com segmentos do capital e dos trabalhadores, terá um problema de representatividade e perderá do bloco de poder.

A mensagem civilizatória que emerge da obra de Celso Furtado demanda uma segunda leitura, porque explora as peculiaridades das relações internacionais, permitindo-nos colocar aí o perfil da sociedade brasileira, com seu novo papel no plano das relações mundiais e suas pressões de reordenamento interno. Para superar o mecanicismo da análise de balanço de pagamentos e de modelos comportamentais simplificados como o de Hecksher-Olin, é preciso fazer como fez Furtado, voltar à historicidade dos Fisiocratas e a de Marshall e ver as relações internacionais como processos sujeitos a deslocamentos graduais.

4. A sociedade nacional internacionalizada

O que sai da leitura do confronto da análise econômica organizada para planejar e a transformação do processo econômico num lapso de vinte anos é perturbador. A literatura que compreende as obras de Ragnar Frisch, Ragnar Nurkse, Nicholas Kaldor, Arthur Lewis e outros, estava fundada numa visão de racionalidade auspiciada pelos movimentos de modernização que aconteciam dentro do capitalismo avançado, que atribuía à ordem econômica um poder civilizatório, que ia além dos problemas de sustentação da taxa de investimento. Não

contemplava as especificidades do capitalismo periférico nem de sociedade desigualmente modernizadas. Significava que o estabelecimento do pensamento econômico estava disposto a enfrentar a desigualdade na distribuição como uma questão central da sustentação da ordem política. Tacitamente, se reconhece que essa perspectiva foi contrariada ou superada pelos efeitos da recuperação dos vencidos da segunda guerra mundial e por sua subsequente reincorporação ao bloco hegemônico. No entanto, as análises históricas do quadro atual costumam autolimitar-se, ao tomar como referência a crise do petróleo, que, de fato, foi um movimento de reajuste. Mas, ignorar o anterior significa reduzir o sentido atual de crise e sua representação financeira. Por isso, ficamos indefesos diante da economia ortodoxa, que gera uma política econômica subordinada a uma visão psicológica e financeira da economia. Recuperar o conceito estrutural histórico de crise e o sentido estratégico da política econômica é parte de um trabalho de contestação mais profunda da percepção de política econômica do estabelecimento atual.

Seria preciso voltar a uma análise do eixo razão – racionalidade na sociedade capitalística periférica, bem como apontar aspectos essenciais do problema do desenvolvimento¹⁰ que permitam situar historicamente essa racionalidade. Falamos da racionalidade do poder econômico, que se manifesta através da conexão entre empresas e Estado, mas pouco se trata da racionalidade do poder econômico como uma manifestação de interesses de classe, repetindo-se a contradição de tratar de luta de classes com argumentação weberiana. O desassalariamento e a subsequente precarização do trabalho vieram a constituir o pano de fundo histórico para o viés da aca-

demia brasileira, de produzir versões de neo-weberianismo e de neoculturalismo como artefactos úteis para evitar o debate sobre conflitos de interesses.

Em seus trabalhos mais polêmicos, Celso Furtado não deixou de contrastar a problemática brasileira com a dos movimentos do capital nos centros mundiais da acumulação (FURTADO, 1987). Tratou de deslocamentos de poder no centro. Fez a fisiologia das transnacionais. Mas, talvez tenha mantido centro e periferia como duas esferas separadas. Essa separação impede perceber o que nos parece ser um aspecto fundamental do capital, que é a mudança na forma de relacionamento entre empresa e Estado. Temos que passar por este plano de análise, para voltar à questão antes levantada de racionalidade. O confronto de interesses no interior do Estado leva a duas grandes confusões: uma sobre a diferença entre a identificação de problemas e a escolha de instrumentos; e outra sobre a diferença entre os resultados da política na distribuição imediata da renda e seus resultados na distribuição da capacidade de acumular. Com o abandono da visão em longo prazo do planejamento, a política econômica nos é apresentada como uma política essencialmente tática. Seus resultados estratégicos são desqualificados, escamoteados. No entanto, que significa a perpetuação das políticas de equilíbrio, cujas ligações com os movimentos de capacidade instalada não são revelados? Quais são os efeitos cumulativos no conjunto das empresas de um clima de dinheiro caro necessário para financiar o governo? Não será uma centralização do capital para os que têm acesso privilegiado a essa mercadoria? Quais serão os efeitos cumulativos da concentração interna da renda? A concentração bancária, a unificação

¹⁰ Como um exercício de mapeamento desse problema, vale a pena ver Benjamin Higgins, *Economic development* (1968). O livro de Higgins que representa cabalmente o reformismo técnico aceito pelos setores mais avançados do *establishment* no fim da década de 60, mostra, em toda sua extensão, a análise do desenvolvimento sobre aquela facticidade criticada mais tarde por Habermas (HABERMAS, 1997), que escolhe os aspectos não controversos da modernização como modo de construir um diálogo de consenso.

“ ... ao mesmo tempo que a elaboração dos componentes essenciais da política econômica é feita com mais segredo que nunca, o governo oferece linhas de participação previamente delimitadas a alguns interlocutores escolhidos... ”

do mercado de terras, a centralização do controle financeiro e dos mecanismos de financiamento público, a centralização das decisões de pesquisa, são elementos que apontam a um reordenamento na relação empresa – Estado, onde o Estado é chamado a funcionar como garantia do bloco de poder e para manejar o nexos externo. Consequentemente, as relações do governo com a sociedade passam por outros canais de interlocução. Observa-se, por exemplo, que ao mesmo tempo que a elaboração dos componentes essenciais da política econômica é feita com mais segredo que nunca, o governo oferece linhas de participação previamente delimitadas a alguns interlocutores escolhidos.

Trata-se, portanto, de uma racionalidade da reprodução do poder, que subjaz na determinação das grandes linhas do perfil do Estado, que assume diferentes formas no trato com os diversos agentes sociais. Mas na medida em que depende da aliança oligarquia-oligopolio e tem que partir de uma situação de poder, tem que enfrentar a contradição de conciliar o objetivo de reproduzir o modelo desigual e pretender fazê-lo através de mecanismos de racionalidade. A polêmica refere-se ao contraste entre os preceitos de uma racionalidade genérica supostamente anterior a toda experiência – tal como quer o neopositivismo¹¹ – e as

condições concretas determinadas pelas manifestações de interesse, de classe e de quaisquer outras manifestações de coletivo capazes de exprimir interesse. No entanto, as diferenças de interesse são irredutíveis e agora combinam diferenças intra classe e a perpetuação de crescentes segmentos de marginalizados em pobreza crítica. A oligopolização expelle pequenos capitalistas que não têm muito como se atualizarem. A diferenciação corresponde à marginalização e ao fechamento de empresas e à transferência de trabalhadores de atividades especializadas para atividades não especializadas. Paralelamente, as demandas de trabalho para o circuito de alta capitalização, para a produção de bens e para a de serviços, respondem a requisitos de qualidade que não estão ao alcance dos incorporados aos demais segmentos da produção. E do lado do trabalho há uma diferenciação de oportunidades, que é reproduzida e agravada pelo sistema de educação.

Em síntese, enfrenta-se uma situação em que as possibilidades de exercer racionalidade estão reguladas pelos interesses e por suas representações, presentes nas diversas esferas do cenário nacional. Essa onipresença dos interesses organizados torna complicado o planejamento e torna indispensáveis a análise de classes e a do poder. Há restrições internas palpáveis a qualquer proposta de superar a dominação que não com uma revisão da relação de classes. Nosso maior problema é que as restrições internas e as externas das relações de classe se interpenetram, mediante a internacionalização das empresas e do consumo. A internacionalidade penetra cada vez mais a reprodução dos sistemas periféricos, desde a transferência de padrões de consumo à capilaridade do turismo, à difusão dos meios de comunicação que homogeneizam a linguagem e atingem os valores. O

Estado busca novos papéis, para si próprio e para os grupos dominantes. Assim, promove um projeto de poder, que de algum modo reflete os ajustes entre o movimento geral do capital de elevar níveis de tecnologia e o movimento de preservação de interesses. Na medida em que os trabalhadores organizados surgem como interlocutores, e os diversos interesses do trabalho encontram novas formas de representação, definem-se novos âmbitos de confronto de interesse, que têm que ser absorvidos na sociedade nacional e que, afetam, os nexos internacionais: desidentificação com a solidariedade nacional, novas conotações para os símbolos da nacionalidade, novos questionamentos éticos etc. A expansão da corrupção, junto com as crises de legitimidade, indicam uma crise ideológica que descobre a raiz imperial autoritária do projeto de Estado periodicamente refeito na República. O pensar nacional demanda a responsabilidade social que caracteriza a obra de Celso Furtado.

Referências

- FURTADO, Celso, **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, Celso, **La economía latinoamericana**. Santiago: Universitaria, 1969.
- FURTADO, Celso, **Racionalidade e dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- FURTADO, Celso, **O Brasil pós milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, Celso, **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.
- FURTADO, Celso, **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GURRIERI, Adolfo, (org.) **La obra Prebisch en la CEPAL**, 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

¹¹ Refere-se à versão de Ernst Nagel, registrada em *A estrutura da ciência*. Segundo essa corrente de pensamento, o princípio geral de formação de conhecimento que regula todas as ciências é anterior a qualquer uma delas, mas se identifica primordialmente com a Física.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia, entre facticidade e validade**, 2 vols. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**, 2 vols. Madrid: Taurus, 1987.

HANSEN, Alvin, **Teoria monetária y política fiscal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

HIGGINS, Benjamin. **Economic development**. Nova York: W.W.Norton, 1967.

LÚKACS, Georg. **El asalto a la razón**. México: Fondo de Cultura Económica, 1967.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MESZAROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NAGEL, Ernst. **La estructura de la ciência**. Madrid: Tecnos, 1984.

PEDRÃO, Fernando. **Economia, política e poder**. Salvador: Podium, 2009.

PEDRÃO, Fernando. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1995.

POPPER, Karl. **La lógica de la investigación científica**. Madrid: Paidós, 1968.

ROBINSON, Joan. **Economic philosophy**. Londres: C.A.Watts, 1962.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Ensaio analíticos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

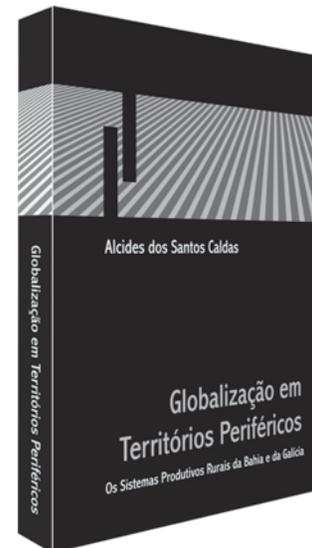
LIVROS PUBLICADOS PELO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO DA UNIVERSIDADE SALVADOR – 2009



- Noélio Dantaslé Spínola
A Trilha Perdida – Caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no Séc. XX



- Regina Celeste de Almeida Souza e Lúcia Maria Aquino de Queiroz
Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo Baiano



- Alcides dos Santos Caldas
Globalização em Territórios Periféricos: Os Sistemas produtivos Rurais da Bahia e da Galícia.